



Preservação ambiental: uma retórica no espaço ideológico da manutenção do capital

Hilda Pon Young*

Resumo

O modelo de desenvolvimento econômico baseado na exploração dos recursos naturais vem sinalizando para graves desequilíbrios no meio ambiente e para a deterioração da qualidade de vida das pessoas. Essa discussão, que envolve preservação ambiental, de um lado, e progresso econômico, de outro – de crescimento infinito e associado à acumulação de capital –, abre campo para o questionamento quanto à incorporação da questão ambiental na elaboração das estratégias corporativas, influenciando nos processos decisórios das atividades econômicas e tornando-se, portanto, imperativa para o desenvolvimento capitalista. Em face da relevância do tema, este artigo pretende demonstrar, tomando como referência a indústria farmacêutica, a atual estratégia capitalista de apropriar-se da retórica da preservação ambiental, mediante a construção de um discurso convincente, como forma de respaldar a perpetuação dos interesses do capital.

Palavras-chave: ideologia; preservação ambiental; desenvolvimento sustentável; diversidade biológica; propriedade intelectual.

Abstract

The economic development model based in natural resources exploration is pointing to severe environmental unbalance and the deterioration of people's life standards. This discussion, that involves environmental preservation on one end and economic progress - of infinite growth and associated to capital accumulation - on the other. Opens field to questions about the environmental question incorporation to the development of corporate strategies, influencing economical activities decision processes and making them, therefore, imperative to the capitalist development. Facing the theme's relevance, this article intends to demonstrate, using as reference the pharmaceutical industry, the present capitalist strategy of appropriating itself of the environmental preservation rhetoric to construct a convincing speech as a way of perpetuating the capital interests.

key words: ideology; environmental preservation; sustainable development; bio-diversity; intellectual property

*Economista, mestranda em Engenharia da Produção, com ênfase em Gestão de Negócios, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
E-mail: hpy@uol.com.br

Este artigo teve por base o estudo monográfico apresentado à FAE em 2000 como requisito para a conclusão do Curso de Ciências Econômicas.

Introdução

O conflito entre a lógica capitalista e a perspectiva ambiental é histórico. Hoje o mundo se defronta com limitações de recursos e sofre com a degradação ambiental e, ainda mais, com a exacerbação da mídia para a emergência de uma agenda política e empresarial voltada para o resgate do meio ambiente.

Inserir os interesses ambientais no processo produtivo capitalista, ou seja, internalizar na esfera econômica a questão ambiental, significa uma tentativa de potencializar os interesses tanto do capital quanto da sobrevivência do homem, fazendo com que a questão ambiental passe a fazer parte dos processos decisórios das atividades econômicas, de modo a apresentar um nítido alinhamento das estratégias de desenvolvimento sustentado com a estratégia capitalista de preservação dos lucros.

O questionamento da incompatibilidade entre os objetivos de crescimento econômico e os da preservação dos recursos naturais não é recente, remontando ao século XV, período das grandes conquistas e colonizações mundiais.

No entanto, a eclosão da discussão ambiental no plano mundial tornou-se mais evidente à medida que graves acidentes ecológicos, principalmente a partir de 1940, ganhavam crescente destaque na mídia, causando grandes repercussões na sociedade e levando ao surgimento de um maior número de adeptos na luta pela preservação ambiental. Aí se incluem estudiosos, especialistas, estudantes, empresários, políticos, entidades de classe, cada qual articulado segundo a sua percepção e interesse pela causa ambiental.

O modelo de desenvolvimento econômico vigente, baseado na exploração dos recursos naturais, uma singularidade da lógica capitalista industrial do século XX, vem cumprindo a sua função de materialização das necessidades e das expectativas de consumo da sociedade. As empresas poluem e exploram o meio ambiente, sem a devida reposição, incentivando o desperdício de energia e de materiais em nome do capitalismo de mercado. Isso já aponta sinais de graves desequilíbrios advindos dessa expansão industrial.

Ao se defrontar com a possibilidade da insustentabilidade desse complexo vital, o ecossistema chamado Terra, torna-se fundamental pela elite capitalista a incorporação da questão da preservação ambiental em sua retórica. Para tal, o discurso de grandes corporações internacionais surge dotado de

racionalidade, demonstrando ser compatíveis discurso e prática: querem preservar o meio ambiente, na sua diversidade e na sua estética, como forma de potencializar os interesses tanto do capital quanto da sobrevivência do homem.

A fim de compreender as motivações que respaldam o interesse das grandes empresas pela preservação ambiental, que servem de sustentação à retórica capitalista industrial, toma-se a indústria farmacêutica, exemplar da estrutura produtiva da base material capitalista, como referência para este estudo.

Inicialmente, serão apresentadas as diferentes abordagens da relação entre a evolução do desenvolvimento econômico capitalista e a perspectiva ambiental, dentro de um contexto histórico. No segundo momento, caracteriza-se o segmento da indústria farmacêutica e os condicionantes que justificam a sua escolha no papel de referencial do estudo. Em seguida, explica-se o que é o discurso competente e a sua força na construção de uma ideologia ambientalista. E, finalmente, demonstra-se a atual estratégia capitalista industrial de apropriar-se da retórica da preservação ambiental como forma de respaldar a manutenção dos interesses do capital.

1 A questão ambiental e o desenvolvimento econômico capitalista

O meio ambiente tratado como componente social, segundo MAIMON (1992), emerge a partir da década de 50, por meio de discussões sobre o crescimento econômico, a sua relação com o meio ambiente e suas vinculações com as estratégias do desenvolvimento. Essa discussão abre campo para uma outra questão referente à ética na escolha das estratégias alternativas para esse desenvolvimento, que é baseado em um sistema de valores da sociedade e na responsabilidade, de modo a articular as transformações necessárias para a compatibilidade entre a sociedade, o desenvolvimento e o meio ambiente.

A vertente de conscientização ambiental nos fins da década de 60, somada ao choque do petróleo, no início dos anos 70, foi determinante para a inserção das questões relacionadas aos recursos naturais, à energia e ao ambiente em geral nos âmbitos econômico, social e político – que pode ser englobada e designada simplesmente como questão ambiental.

A questão ambiental pode ser abordada sob três perspectivas que irão vincular a problemática ambiental ao crescimento econômico: a ótica do desenvolvimento, a abordagem neoclássica e a economia ecológica.

Essa trilogia advém da própria trajetória temporal e histórica da questão ambiental, sendo cruciais, para a evolução das diversas concepções ambientalistas, novas críticas e reformulações que permitam novos delineamentos, novos enfoques, bem como o surgimento de novos conceitos e paradigmas, que ganham força, defensores e seguidores. As novas abordagens podem responder, ou ao menos tentar explicar, o próprio desenvolvimento histórico capitalista e a complexa relação entre o homem e o meio ambiente.

Cada uma das três abordagens ambientais apresenta motivações distintas que vinculam a questão ambiental ao crescimento econômico, e que estão associadas a contextos históricos temporais distintos:

- a) a ótica do desenvolvimento: na década de 60 e início dos anos 70, iniciavam-se as reflexões e os questionamentos correlacionando crescimento econômico e meio ambiente;
- b) a abordagem neoclássica: ganha espaço nos anos 70 e 80, coincidindo com as reivindicações da sociedade e das classes ambientalistas pelo pagamento das externalidades dos impactos ambientais causados pelas empresas, surgindo, então, a questão da valoração ambiental, que busca traduzir a relação custo/benefício em termos quantificáveis;
- c) a economia ecológica: surge no final da década de 80 e no início da de 90, reacendendo valores existenciais do homem na busca de sua determinação, a percepção ecológica e a sua interdependência com as outras ciências.

Verifica-se que o contexto no qual a questão ambiental vem sendo tratada é correlacionado com as problemáticas de cada período apresentado. Sendo a questão ambiental orgânica e evolutiva, poderá futuramente abrir espaço para uma nova abordagem não tratada até o momento, mas que servirá de respaldo às práticas capitalistas na preservação de seu espaço de reprodução.

No que concerne ao desenvolvimento histórico capitalista, ele se expande partir da década de 50, mas é na década de 80 que se evidencia a crise global que ameaçava o seu desenvolvimento e que ganhava contornos definidos à medida que se encontravam conexões com as questões ambiental, social ou política, conforme afirma REID (1995, p.12):

Muitos dos problemas que constituem a crise global estão conectados uns aos outros, como o Relatório de Burtland (WCED, 1987, p.4) reconhece: “as várias crises globais...não são crises separadas: a crise do meio ambiente, a crise do desenvolvimento, a crise de energia. Eles são todos um.” Reconhecendo essas conexões, o Clube de Roma, um grupo de industriais, cunhou o termo “global problématique” para referir à complexidade dos problemas globais e às interações dinâmicas existentes entre eles: não são apenas problemas ligados a diferentes aspectos, mas eles estão sempre mudando “à medida que seus contextos estão mudando.”¹ (Tradução do autor).

Verifica-se, portanto, que uma série de problemas, não apenas vinculados à questão ambiental, ganha dimensão mundial.

Com relação à problemática ambiental, a dinâmica capitalista-industrial, visando garantir o progresso econômico, baseava-se na exploração dos recursos naturais e na poluição do meio ambiente. Essas ações eram justificadas pelo crescimento populacional, exigindo o atendimento de uma demanda também cada vez mais crescente por bens materiais, fazendo-o, no entanto, em detrimento da preservação dos ecossistemas naturais. Por conseqüência, a própria sobrevivência humana estaria comprometida, tal como o Relatório de Burtland preconizava.

A indústria e seus produtos exercem um impacto sobre a base de recursos naturais da civilização ao longo de todo o ciclo de exploração e extração de matérias-primas, sua transformação em produtos, consumo de energia, formação de resíduos, uso e eliminação dos produtos pelos consumidores. Tais impactos podem ser positivos, melhorando a qualidade de um recurso ou ampliando seus usos; ou podem ser negativos, devido à poluição causada pelo processo e pelo produto, ou ainda ao esgotamento ou deterioração dos recursos. (COMISSÃO, 1991, p. 232).

A preocupação ambiental foi se tornando hegemônica com o fenômeno da globalização, que também não é recente, nessas últimas décadas. É nessa circunstância que começa a surgir a idéia de sustentabilidade. A corrente do desenvolvimento sustentável baseia-se na lógica de combinar as questões de âmbito econômico com as questões sociais e ambientais, a serem incorporadas pelo Estado, empresas, ONGs e sociedade. O objetivo é o de garantir que o progresso tecnológico e produtivo não esgote os recursos naturais, nem degrade o meio ambiente de forma que venha a comprometer a sua existência futura.

O início da evolução tecnológico-científica a partir dos anos 50 permitiu o avanço tecnológico e a explosão de consumo por novos bens duráveis, nas décadas de 80 e de 90. As conseqüências ambientais advindas dessa aceleração também estão sendo sentidas, uma vez que o desenvolvimento capitalista e a degradação ambiental são trajetórias que se confundem historicamente, devido a uma forte inter-relação entre ambas. De acordo com HOBBSAWN (1995, p.531):

Da década de 70 em diante, o mundo externo passou a intrometer-se mais indiretamente, mas também com mais força, nos laboratórios e salas de conferências, com a descoberta de que a tecnologia baseada na ciência, tendo o seu poder multiplicado pela explosão econômica global, parecia na iminência de produzir mudanças fundamentais e talvez irreversíveis no planeta Terra, ou pelo menos na Terra como um habitat para organismos vivos. (...) Não era tão fácil escapar dos subprodutos do crescimento econômico relacionado com a ciência. (...) No início da década de 90, a existência de grandes “buracos de ozônio” na atmosfera era do conhecimento de leigos, e a única questão era saber com que rapidez ia prosseguir o esgotamento da camada de ozônio, e quando ultrapassaria os poderes de recuperação natural da Terra. (...) O “efeito estufa”, ou seja, o incontrolável esquentamento da temperatura global pela liberação de gases produzidos pelo homem, torna-se uma preocupação importante de especialistas e políticos na década de 1980.

A preocupação com o meio ambiente, alicerçada pela lógica da sustentabilidade ecológica, caracteriza-se pela garantia de progresso material e bem-estar social, resguardando os recursos e o patrimônio natural da humanidade para gerações futuras. Isso implica garantir que os recursos não sejam esgotados pela produção, mas lhes impõem uma gestão racional, pois o crescimento não é infinito, existindo limites físicos naturais a serem respeitados. Se, por motivações capitalistas, forem extrapolados, inevitavelmente, levarão à autodestruição dos ecossistemas naturais e, por conseguinte, da humanidade.

3 O perfil da indústria farmacêutica

A opção de analisar a indústria farmacêutica deve-se ao fato de ser um setor extremamente dinâmico e altamente competitivo, exemplar da estrutura produtiva da base material capitalista, cujo processo de transformação, engendrado pelo surgimento e exaustão das inovações, possibilita as alternâncias entre as fases de prosperidade e depressão do sistema econômico, que, por sua vez, abre espaço para as crises, fruto do desenvolvimento do próprio capital.

A lógica desse desenvolvimento capitalista é baseada nas contradições de características orgânicas da própria acumulação do capital, bem como na exploração extensiva e intensiva dos recursos naturais, que acentuam de forma cada vez mais expressiva o desequilíbrio social e ecológico.

Para a avaliação do discurso elaborado pelas empresas, foram selecionadas cinco² empresas multinacionais de melhor desempenho no período 1996-2000 setor farmacêutico mundial (quadro 1). Tal desempenho se baseou em suas participações no mercado (*market share*), representadas por suas vendas globais (tabela 1).

O domínio de mercado pelas empresas multinacionais é explicado pelas vultosas vendas dos medicamentos “megamarcas”, o que significa, contabilmente, receitas que extrapolam US\$ 1 bilhão. De acordo com Dr. Mackillop (RECENT, 2000), executivo-chefe da empresa farmacêutica AstraZeneca, enquanto o crescimento do mercado farmacêutico mundial, no período de 1994 a 1998, foi de 24%, o crescimento dos 20 medicamentos mais vendidos no mundo cresceu 42% no mesmo período, representando o domínio do mercado pelas “megamarcas”, enxugando o número de competidores, pela seleção do próprio mercado, e contribuindo para estrutura de oligopólio do setor farmacêutico.

Considerando que a dinâmica da indústria farmacêutica é representada pelo grau de inovações e que este advém da área de Pesquisa & Desenvolvimento, que depende do faturamento de cada empresa, torna-se, portanto, prudente optar pela análise das empresas com os maiores faturamentos no plano mundial. Ainda assim, é fato que a área de P&D, considerada a de maior importância e a de maior destino dos investimentos da indústria farmacêutica, está concentrada nas sedes ou nas matrizes das empresas.

Ainda segundo o IMS Health, o mais importante órgão privado fornecedor de informações sobre pesquisas de mercado, de análise de negócios e de projeções da indústria farmacêutica, a taxa de crescimento deste setor está na faixa dos 12%, projetando-se uma média de crescimento anual de 8,1% nas vendas para os próximos cinco anos, o que representará um aumento no faturamento da setor farmacêutico para US\$ 506 bilhões em 2004.

Pela tabela 2, pode-se perceber a crescente melhoria do desempenho da indústria farmacêutica mundial nos últimos anos, sendo expressa pelo valor das vendas anuais.

QUADRO 1 - AS CINCO MAIORES EMPRESAS FARMACÊUTICAS - 1996-2000

CLASSIFICAÇÃO	1996	1997	1998	1999	2000 ¹
1.º	Novartis	Merck Co	Merck Co	Merck Co	Pfizer
2.º	Glaxo Wellco	Glaxo Wellco	Astra Zeneca	Astra Zeneca	Merck Co
3.º	Merck Co	Novartis	Glaxo Wellco	Glaxo Wellco	Astra Zeneca
4.º	Bristol Myers	Bristol Myers	Novartis	Pfizer	Glaxo Wellco
5.º	Pfizer	Pfizer	Aventis	Novartis	Novartis

FONTE: World Review - IMS Health

(1) Até julho.

NOTAS: O critério para classificação baseou-se no *market share* das empresas pelo seu volume de vendas anuais para cada ano considerado.

TABELA 1 - VENDAS DAS CINCO MAIORES EMPRESAS FARMACÊUTICAS - 1996-2000

CLASSIFICAÇÃO	VENDAS (US\$ bilhões)				
	1996	1997	1998	1999	2000 ¹
1º	9,90	11,30	13,40	15,17	-
2º	9,87	10,87	12,80	14,67	-
3º	8,91	10,54	12,80	13,82	-
4º	7,12	9,05	12,64	13,82	-
5º	6,87	8,33	12,49	13,48	-

FONTE: MIDAS - IMS Health

NOTA: O critério para a classificação baseou-se no seu volume de vendas/ano.

(1) Até julho

TABELA 2 - VENDAS DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA MUNDIAL -1996 -2000

ANO	VENDAS MUNDIAIS (Em US\$ bilhões)
1996	296,4
1997	293,9
1998	304,7
1999	337,2
2000 ¹	217,6

FONTE: World Review - IMS Health

(1) Até julho.

A alta lucratividade da indústria farmacêutica se deve à baixa elasticidade dos preços associada ao aumento dos preços. A margem de lucro (vendas líquidas menos o custo dos produtos vendidos) das principais empresas farmacêuticas tem sido de entre 70% a 80%. Os lucros excepcionais são revertidos para a própria empresa para financiar ainda mais as pesquisas e o desenvolvimento de futuros produtos, o que justificaria os preços altos praticados pelos laboratórios farmacêuticos, conforme HOLCBERG (2000):

As empresas farmacêuticas compreendem que não existe recompensa para as inovações. Pesquisa e desenvolvimento de medicamentos consomem imensa quantidade de tempo, esforço e dinheiro, e muitas vezes, sem sucesso. As empresas farmacêuticas apenas comprometeriam os enormes riscos e investimentos necessários para criar medicamentos singulares se eles pudessem realizar lucros suficientes para justificar os riscos. Essa é a razão pela qual os novos medicamentos são habitualmente muito caros ao serem lançados no mercado.³ (Tradução do autor).

Devido à acirrada competição, a indústria farmacêutica tem experimentado, nos últimos anos, ondas de inovações, principalmente nas áreas do genoma e da química combinada, bem como investido para os avanços tecnológicos seja na robótica seja na automação de processos.

Esses crescentes saltos tecnológicos têm transformado a descoberta de novos medicamentos de processo “arte” em um processo de produção em massa, como exige o sistema capitalista. Contudo, não apenas o aspecto produtivo torna-se relevante, mas também a considerável “indústria mercadológica” que emerge juntamente com as inovações de produtos. Não basta apenas criar um novo produto, mas se portar estrategicamente no mercado.

Para que uma empresa farmacêutica tenha um medicamento conceitualmente mercadológico, ou seja, que seja aceito pelos consumidores, e que isso se traduza em receita para a empresa, são necessários uma estrutura muito bem organizada e eficiente de vendas e um colossal esforço de marketing na sua divulgação, a fim de capitalizar a descoberta.

4 Os condicionantes atuais da indústria farmacêutica: a biodiversidade e a propriedade intelectual

O meio ambiente é a maior reserva de riqueza da biodiversidade de recursos naturais, ainda mal-explorada e extremamente cobiçada pelas empresas farmacêuticas, visto que se trata da fonte de pesquisa dessas empresas para a descoberta e o lançamento de futuros medicamentos altamente lucrativos.

Em razão da necessidade das empresas em apresentar um discurso legítimo de propósito de preservação do meio ambiente, elas utilizam, segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA (ESTRATÉGIA, 1992), quatro áreas de política ambiental geralmente abordadas em seus discursos: limitações para a descarga de esgoto, regulação para emissões no ar de partículas, prevenção da poluição para resíduos tóxicos e avaliação de impactos ambientais.

Observa-se que o discurso enfoca principalmente os *outputs* de processo, ou seja, aqueles efeitos gerados após a produção. Dessa forma, torna-se fácil convencer o público, pois as empresas assumem a responsabilidade pelos efeitos de suas atividades, internalizando os custos ambientais, que são irrisórios perante os seus retornos financeiros. Assim, o pagamento de taxas, impostos, multas ou qualquer outra forma punitiva neo-clássica resolveria o impasse do custo/benefício entre as empresas e o meio ambiente. As empresas entendem que o valor monetário pago por elas ao governo as livraria de responsabilidades futuras pelo dano ambiental causado.

No entanto, a velocidade do desenvolvimento capitalista não é compatível com aquela que o ciclo de auto-regeneração dos ecossistemas naturais do planeta têm para compensar os desequilíbrios proporcionados por essa interferência. Também, a sociedade capitalista-industrial moderna tem especial interesse na manutenção da biodiversidade, de valor incalculável para a agricultura, medicina e para a indústria, gerando acirradas disputas no que concerne à propriedade intelectual e às patentes de substâncias e microorganismos, especialmente destinados à indústria farmacêutica.

Assim, as indústrias perceberam que era preciso inserir a conservação da biodiversidade em seus planejamentos, conforme já apregoava o WORLD RESOURCES INSTITUTE. (1992, p.39).

A indústria, já sobrecarregada pelos regulamentos ambientais, está longe de se entusiasmar com a conservação da biodiversidade, mas deveria. Os interesses que têm a perder com a conservação da biodiversidade são aqueles que baseiam seus lucros no uso insustentável dos recursos.

A atenção das indústrias farmacêuticas voltada para a biodiversidade, em especial às plantas, pode ser traduzida em números de oportunidades de exploração, conforme o artigo *Biodiversidade: perspectivas e oportunidades tecnológicas fitoterápicas*:

(...) estima-se que 25.000 espécies de plantas sejam usadas nas preparações da medicina tradicional. É conveniente lembrar que mais de 350.000 espécies de plantas já foram catalogadas, o que corresponde a cerca de 60% das existentes. Estes valores tornam-se mais significantes na demonstração da importância das plantas medicinais e como estímulo a sua investigação se os considerarmos frente às estimativas de que somente cerca dos 80% das espécies existentes de plantas têm sido sistematicamente estudadas em termos de compostos bioativos e que apenas 1.100 espécies das 365.00 espécies das plantas conhecidas foram estudadas em suas propriedades medicinais. Na velocidade em que ocorre o fenômeno de extinção das espécies vegetais, um enorme número de plantas com propriedades medicinais corre o risco de desaparecer antes de seu valor ser reconhecido, o que torna ainda mais urgente intensificar os investimentos nesta área. (GARCIA, 2000).

A importância dos componentes da biodiversidade para a indústria farmacêutica também pode ser medida, conforme pesquisa da WORLD RESOURCES INSTITUTE (1992), pelo número de medicamentos atualmente receitados: cerca de ¼ do total contém ingredientes ativos extraídos de plantas e mais de 3.000 antibióticos derivam de organismos vivos. Ainda, os 20 medicamentos mais vendidos nos Estados Unidos contêm compostos extraídos de plantas, microorganismos e animais, sendo que a demanda medicinal de plantas triplicou na última década.

Se a biodiversidade é a condicionante da inovação na indústria farmacêutica, a propriedade intelectual e as patentes são as condicionantes do seu dinamismo. O grau de inovação de um determinado setor industrial é comprovado pelo número de patentes registradas dentro do seu país de origem. Esses registros de patentes representam o grau de capacitação tecnológica e o dinamismo desse setor.

Assim, para a indústria farmacêutica, o acesso e a disponibilidade de estudo da biodiversidade são as

variáveis competitivas de maior relevância, e que irão definir, a partir das inovações proporcionadas, as suas taxas de crescimento nos próximos anos, gerando bilionárias disputas corporativas sobre a propriedade intelectual e o patenteamento de substâncias provenientes dos recursos naturais.

A indústria farmacêutica intensiva em pesquisas é, portanto, altamente dependente e muito interessada nos desdobramentos da legislação sobre propriedade intelectual e na concessão de patentes, o que pode ser confirmado com a posição da International Federation of Pharmaceutical Manufacturers Associations (IFPMA, 2000) ao tratar da questão das patentes e da sua relação com a indústria farmacêutica:

A pesquisa base da indústria farmacêutica é altamente dependente da propriedade intelectual, especialmente na proteção de patentes. De fato, sem a proteção de patentes o mundo seria privado dos medicamentos inovadores que têm salvado inúmeras vidas e ajudado a prolongar a expectativa de vida durante as últimas décadas porque a indústria que conhecemos hoje poderia não existir. O período limitado de exclusividade no mercado, fornecido pela efetiva propriedade intelectual permite às empresas sustentar as intensas pesquisas e prover investimentos necessários para a invenção de novos medicamentos e terapias.⁴ (Tradução do autor).

Essa questão leva a um paradoxo: já que os consumidores optam pelo livre mercado, onde os preços e a quantidade dos bens são determinados pelo equilíbrio da oferta e procura, essa não se aplica, porém, à indústria farmacêutica. Os laboratórios farmacêuticos são altamente voltados para as inovações que proporcionam a melhoria da qualidade de vida das pessoas, mas, para tal, necessitam de longo período de tempo e vultosos investimentos em pesquisas e desenvolvimento. Contudo, essas empresas farmacêuticas também esperam o retorno por este dispêndio, na forma de usufruto exclusivo da descoberta por um período de tempo suficiente para o retorno sobre o investimento e também para o excedente, ou seja, o lucro.

A grande contradição está no fato de que muitos consumidores, que defendem o livre mercado, portanto contrários à formação de oligopólios, vêm-se agora

apoiando a proteção intelectual. Esse direito reservado à empresa de usufruir com exclusividade da descoberta de um novo conhecimento e patentear-lo, incentiva outras empresas a prosseguir com as pesquisas e descobrir novos medicamentos.

O apoio à proteção intelectual, apesar de criar barreiras ao livre mercado e defender os interesses econômicos da indústria farmacêutica, estimula, porém, as pesquisas e possibilita o tratamento e a cura de doenças que ainda matam as pessoas.

A tabela 3 apresenta os percentuais em volume de investimentos alocados do faturamento para a área de P&D, confirmando a importância dessa área nas estratégias de negócios dos laboratórios farmacêuticos.

TABELA 3 - PERCENTUAL DO FATURAMENTO DESTINADO À ÁREA DE P&D DOS SETE LABORATÓRIOS COM MAIOR VOLUME EM VENDAS - 1998-1999

LABORATÓRIO	1998		%	1999		%
	Fat. (US\$ bilhões)	P&D (US\$ bilhões)		Fat. (US\$ bilhões)	P&D (US\$ bilhões)	
Astra-Zeneca	15,4	2,47	16	18,5	2,92	16
Aventis	13,2	1,28	10	12,6	1,48	12
Bristol Myers	18,3	1,58	9	20,2	1,84	9
Glaxo Wellcom	13,3	1,93	15	13,7	2,06	15
Merck Co	26,9	1,82	7	32,7	2,07	6
Novartis	31,8	3,91	12	32,5	4,25	13
Pfizer	23,2	3,31	14	27,4	4,04	15

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Annual Report⁽¹⁾

(1) Os sites consultados para acessar o Annual Report das empresas constam da lista de referências.

NOTA: Para os volumes de faturamento e P&D, foi considerado o grupo empresarial.

A evolução da proteção à propriedade intelectual tem prosperado com o advento da globalização, sob grande interesse, não apenas das grandes empresas, mas do governo também, pois encoraja as empresas a fazer novos investimentos, trazendo, conseqüentemente, inovações e desenvolvimento econômico ao país. A proteção à propriedade intelectual beneficia o setor farmacêutico e cria condições mais otimistas para investimentos em outros setores de alta tecnologia.

5 O discurso competente do meio ambiente

Ao buscar o discurso como meio de identificar a perspicácia capitalista na construção de uma ideologia ambientalista, cabe verificar se ele transforma uma realidade abstrata em uma realidade histórica. Ao

sujeito lhe é fornecida a temporalidade, que servirá para validar a dominação da lógica capitalista que tenta respaldar o seu interesse específico, fazendo-o se tornar em interesse da sociedade.

A temporalidade é explicada: o discurso deve ser temporal, buscando responder previamente aos possíveis questionamentos de uma problemática que emerge da sociedade, dentro de um contexto histórico capitalista, a quem o próprio capital previamente instituiu. Tem por base uma ideologia, que, apesar de ser atemporal, fornece a ela o tempo e o espaço, a fim de dar veracidade e coerência à abstração. Esse discurso previamente trabalhado é designado, então, como competente.

CHAUI (1989, p.7) define o discurso competente como o instrumento de dominação no mundo contemporâneo: “O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser resumida assim: não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer ocasião e em qualquer lugar”. Ou seja, é o discurso cuja linguagem sofre limitações, e cujo público já foi previamente escolhido, fazendo dele o “espaço da opinião” replicada, em lugares e momentos previamente determinados, com conteúdo e forma também previamente elaborados.

A aceitação do discurso capitalista vai depender do grau de abstração do indivíduo, que, segundo a concepção marxista, tem sua consciência determinada por sua atividade de produção na sociedade. O indivíduo tem consciência de si quando tem consciência do que produz, como produz, para quem produz, pois ele está inserido num sistema econômico. A sua abstração vai depender da sua consciência, da criação das idéias que estão vinculadas à sua base de sobrevivência, ligadas ao seu modo de produzir e reproduzir, de como está inserido no processo.

O indivíduo busca a sua racionalidade pelos meios de ação, e inutiliza qualquer questão acerca da racionalidade com relação aos fins da ação. Então, por meio de discursos, a sociedade justifica a sua práxis como sendo também a sua identidade, legitimando a sua existência. As idéias sustentadas pelos discursos e imbuídas pela sociedade mascaram sutilmente a realidade e dissimula a dominação. O intuito é tornar uma ideologia dotada de universalidade e neutralidade, fazendo surgir uma sociedade homogênea, dotada de aparência natural e legítima, mas que oculta a divisão social, as contradições e o exercício do poder.

Hoje o discurso capitalista-ambientalista, construído sob o paradigma do “desenvolvimento sustentável”, é utilizado como respaldo para a representação da dinâmica do capital, tendo como prioridade, além de preservar o meio ambiente, a perpetuação de seus interesses econômicos.

O conceito de “desenvolvimento sustentável”, elaborado na década de 70, combina o tripé: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica, tornando-se popular após o Relatório de Brundtland (*Our Common Future*), em 1987. De acordo com AMAZONAS (1998), esse conceito está, sob o ponto de vista econômico, fundamentado na racionalidade de maximização das utilidades individuais com a determinação do *uso ótimo* dos recursos, para fins de perpetuação da humanidade e da vida em geral. Não se está utilizando o conceito de “sustentabilidade” no sentido de perpetuação do uso do recurso, mas no de utilização ética dos recursos.

Porém, qual a racionalidade que se pode interpretar dessa teoria multifacetada, que apresenta uma harmonia entre a economia, a política e a ecologia? Não seria apenas uma tentativa de escamotear o descompasso capitalista, cujo desenvolvimento é apregoado como sendo linear e harmônico? STAHEL (1995, p.104) levanta uma discussão acerca da questão da sustentabilidade do sistema industrial-capitalista:

(...) Rapidamente assimilado, este conceito está hoje no centro de todo o discurso ecológico oficial, sem que haja um mínimo consenso quanto ao seu significado e sem que sequer se tenha colocado a questão, no entanto crucial, se tal conceito tem algum sentido, dentro do quadro institucional e econômico atual, o capitalismo.

Ao buscar-se um desenvolvimento sustentável, hoje está-se, ao menos, implicitamente, pensando em um desenvolvimento capitalista sustentável, ou seja, uma sustentabilidade dentro do quadro institucional de um capitalismo de mercado. No entanto, não se colocando a questão básica quanto à própria possibilidade de uma tal sustentabilidade, o conceito corre o risco de tornar-se um conceito vazio, servindo apenas para dar uma nova legitimidade para a expansão insustentável do capitalismo.

Não se está tentando provar que o novo discurso capitalista-ambientalista busca apenas dissuadir a atenção da sociedade com relação aos verdadeiros problemas ecológicos. Na tentativa de respaldar os seus interesses econômicos, as empresas industriais têm criado mecanismos de preservação do meio

ambiente e que acabam por trazer benefícios à sociedade, bem como evitam possíveis questionamentos que possam surgir quanto aos impactos negativos ao meio ambiente advindos da aceleração do desenvolvimento industrial das últimas décadas.

6 O discurso capitalista ambiental da indústria farmacêutica

O fato de a questão ambiental introduzir-se nos debates políticos e econômicos resultou no surgimento do conceito do desenvolvimento sustentável, vinculado à “utilização racional” dos recursos naturais, passando a ser incorporado definitivamente no discurso eco-capitalista do meio corporativo, como forma de socializar a responsabilidade pela destruição dos ecossistemas naturais. O problema é saber discernir quando existe um verdadeiro interesse das empresas industriais pela conservação do meio ambiente, ou quando existe uma tentativa de pasteurizar o problema, transformando a questão ecológica em marketing comercial.

Sob a égide capitalista, torna-se evidente a frenética corrida das empresas pela competitividade. Assim, a concorrência entre elas para ganhar mercado estimula as empresas à adoção de tecnologias limpas, controle do desperdício, a reciclagem de materiais, certificações ambientais como a série ISO – 14000, entre outros instrumentos advindos do marketing verde.

A finalidade dessas estratégias é criar um apelo mercadológico, abrindo as portas para que os seus produtos e serviços tenham acesso e sejam bem aceitos no mercado mundial, funcionando como um passaporte ecológico. Porém, o que se percebe é que, em realidade, as grandes empresas da maioria dos setores produtivos, que formam verdadeiros oligopólios, condicionam a adoção desses instrumentos como forma de se selecionar os verdadeiros jogadores desse mercado.

A competência das empresas em construir uma imagem ambientalmente responsável tem por objetivo gerar maior consumo desses produtos e, portanto, maiores lucros com esse novo nicho de mercado. Conforme MAIMON, “(...) os setores químicos, de petróleo e farmacêutico, onde os acidentes ecológicos são mais frequentes, foram os primeiros a incorporar o meio ambiente no programa institucional”. (1992, p.80)

No entanto, por detrás de todo o discurso ambiental apresentado pelas transnacionais, também existe o interesse ecológico capitalista de controle dos bancos genéticos (germoplasmas) encontrado nas

florestas tropicais e em diversas outras formações vegetais nos países do terceiro mundo.

Esses bancos genéticos são matérias-primas fundamentais para a reprodução capitalista da indústria farmacêutica para o século XXI, em que a tecnologia, seja na informática, na eletrônica, na robótica ou na biologia, será o alicerce das inovações.

A indústria farmacêutica, buscando correlacionar o desejo de conservação do meio ambiente com a valorização do capital, monta parcerias com organizações não-governamentais, fundações de pesquisa e proteção ambiental, associações, programas de preservação de parques ecológicos, florestas, etc., transferindo recursos financeiros que promovam os objetivos dessas entidades, mas que vinculem a imagem da empresa como a grande patrocinadora e mentora dessas atividades.

Faz parte da estratégia das empresas também incluir um espaço para as suas atividades ecológicas em seus relatórios anuais (*Annual Report*), que são distribuídos para os acionistas e para os meios de comunicação. Esses relatórios servem como um instrumento eficaz de “relações públicas” da empresa, vinculados ao desempenho da empresa em se tratando de sua competitividade e de sua lucratividade.

A necessidade das empresas em promover, pelos seus discursos, a conservação do meio ambiente tem por interesse a valorização do capital, apresentando-se como uma instituição socialmente e ecologicamente correta aos olhos do consumidor.

MAIMON (1992, p.96) também apresenta a inconformidade entre o discurso e as práticas empresariais:

Apesar do otimismo no engajamento das empresas em relação à preocupação ambiental ficam pendentes algumas questões que merecem maior reflexão: em primeiro lugar, uma questão metodológica: como distinguir a retórica da empresa da implementação efetiva em relação à preocupação ambiental? Qual é o descompasso entre a riqueza do discurso e a ação? Para esclarecer esta questão devem-se intensificar estudos de caso em empresas.

As sete empresas farmacêuticas analisadas incluem em seu *site* e no seu Relatório Anual um espaço para divulgar as suas ações e seus programas de comprometimento com o meio ambiente. Além disso, possuem uma outra publicação anual, nos mesmos moldes do Relatório Anual, específica para apresentarem o seu papel e as suas contribuições sociais, dada pela trilogia saúde–segurança–meio ambiente, com especial ênfase em defesa ao meio

ambiente. A publicação da Aventis é denominada de *Aventis EHS Progress Report*, a da Astra Zeneca é a *Safety, Health and Environment Report*, a da Bristol é a *Our Environment*, a da Glaxo é a *Health, Safety & Environment Report*, a da Novartis é a *Health, Safety and Environment Report*, a da Merck é a *Merck company Foundation* e a da Pfizer é a *Environmental, Health & Safety Report*.

As empresas que constituem o oligopólio da indústria farmacêutica sustentam o direcionamento de seus esforços em contribuir para a melhoria e a perpetuação da vida humana, sejam em ações filantrópicas, investimento para a educação ambiental, apoio a organizações dedicadas à preservação ambiental ou ao fomento de ações sociais.

Nota-se que o discurso proferido pelas empresas hoje é, por unanimidade, o do *desenvolvimento sustentável*, pois cria-se um invólucro social e ambientalmente correto capaz de apaziguar os anseios da sociedade em correlacionar as empresas com a sua responsabilidade social.

A manipulação está em que esse anseio não emerge, em sua origem, da sociedade, mas é criado pelo próprio capital, que neste trabalho está representado pela indústria farmacêutica. É transferido para as pessoas consideradas como sujeito passivo, que se apropriam dessa idéia como forma de afirmação do “eu” social (indivíduo) e de sua inserção em um grupo.

Assim, é a própria indústria farmacêutica quem adota os critérios de permanência das empresas nesse competitivo segmento e encontra subterfúgios que criam novas forças capazes de modelar o cenário e as perspectivas futuras a favor da razão capitalista de “ser”.

No espaço ideológico criado pelo capital – que no contexto atual é hegemonicamente o do desenvolvimento sustentável –, as demandas sociais encontram respostas, pois é um espaço previamente elaborado e controlado pelo capital. Assim, o risco se reduz à medida que os parâmetros para os questionamentos estão racionalmente determinados.

O discurso não revela o interesse econômico das empresas, mas demonstra a postura ideológica que sustenta a sua participação no mercado. E é com essa postura de comprometimento e responsabilidade para com as questões sociais e ambientais que a empresa cativa o público.

A grande maioria das pessoas quer também estar comprometida com essas questões; adquire os produtos das empresas ecologicamente corretas e assim satisfaz seus valores pessoais, cumprindo com o seu papel de cidadão. Nesse âmbito, as empresas atingem as perspectivas de lucro, num espaço ideologicamente

construído e constantemente reelaborado, garantindo a reprodução do capital.

Conclusão

A proposta deste artigo foi apresentar a atual estratégia capitalista industrial de apropriar-se da retórica da preservação ambiental, por meio da elaboração de um discurso competente, como forma de respaldar seus interesses econômicos. Essa nova abordagem faz com que as empresas, ao se interessarem pelas questões ambientais, passem a incorporá-las em seus planejamentos, em seus objetivos e até mesmo em suas filosofias corporativas, o que significa adotar uma postura ecologicamente responsável.

Verificou-se que o processo de incorporação da problemática ambiental à lógica capitalista serve de cenário para o capital industrial, dependente dos recursos naturais, para obter respaldo da sociedade para a realização de seus objetivos. Isso é realizado trazendo-se um discurso unificador e controlador, mas que convence, tornando a relação do capital e a questão ambiental harmônicas, até enquanto lhe fornecer o espaço necessário e suficiente para a sua reprodução.

Essa problemática ambiental leva ao paradoxo de que, se a lógica capitalista ainda não foi capaz de fagocitar o ambientalismo, isso se deve a motivos próprios do capital em lograr a consciência dos indivíduos sobre a gravidade da poluição e da destruição do meio ambiente. E, no entanto, é relevante o fato de que essa emergência ambientalista vinga-se também na melhoria no desempenho das questões sociais, da gradual pressão do mercado a exigir que as empresas adotem essa postura de conscientização e responsabilidade social/ambiental perante a sociedade, e esta cobra por resultados.

Promover uma “revolução” que venha tratar prioritariamente da defesa do meio ambiente ainda está reservado no imaginário de alguns grupos ecológicos ou de defensores que lutam isoladamente pela causa, pois reconhecer que a sociedade como um todo poderia promover a tal revolução é absolutamente utópico para o sistema econômico atual, em que se privilegiam o individualismo, as bases materialistas e o capital.

Porém, é importante ressaltar que, mediante os esforços empreendidos na luta pela preservação ambiental, por meio de instrumentos como os certificados ambientais, programas de educação ambiental, investimentos em melhorias de processos, entre outros, propicia ganhos tanto para a sociedade, no que concerne à melhoria de qualidade de vida, quanto para o meio ambiente, em face da preservação ambiental.

O grande desafio da humanidade com a questão ambiental consiste em encontrar a compatibilização da interferência econômica sobre as restrições ambientais, de modo a assegurar o desenvolvimento econômico, sem afetar ou degradar o meio ambiente, mas, preservá-la e renová-la, a fim de manter a sua biodiversidade, garantindo, desse modo, o direito que as gerações futuras também possuem de dela usufruir.

Notas

¹Do original: “Many of the problems that constitute the global crisis are connected with each other, as the Burtland Report (WCED, 1987, p.4) acknowledges: “ the various global crisis...are not separate crisis: an environmental crisis, a development crisis, an energy crisis. They are all one.” Recognizing these connections, the Club of Rome, a group of industrialists, coined the term “global problématique” to refer to the complex of global problems and the dynamic interactions which exist between them: not only are problems linked in complex ways, but they change even as their contexts are changing.”

²A seleção das cinco empresas analisadas tem como fonte o relatório World Review, publicado anualmente pela IMS Health. Os relatórios de vendas auditados pela IMS Health são baseados nas vendas das empresas fabricantes para as empresas distribuidoras de medicamentos atacadistas.

³Do original: “Drug companies would rapidly realize that there are no reward for inovation. Research and development of drugs consume immense amounts of time, effort and money, and are many times unsuccessful. Drug companies would only undertake the enormous risks and investment necessary to create novel drugs if they could make enough profits to justify their risks. That’s the reason new drugs are usually very expensive as they enter the market.”

⁴Do original: “The research-based pharmaceutical industry is highly, dependent on intellectual property, especially patent protection. Quite simply, without patent protection the world would have been deprived of the innovative medicines which have saved countless lives and helped to extend life expectancy over the past decades because the industry as we know it today would not exist. The limited period of market exclusivity provided by effective intellectual property allows companies to sustain the vast research and development investment necessary to invent new medicines and therapies.”

Referências

AMAZONAS, Maurício de Carvalho. Economia ambiental neoclássica e desenvolvimento sustentável. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 26., 1998, Vitória. **Anais**. Vitória: Anpec, 1998. 3v.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1992**: desenvolvimento e meio ambiente. 1.ed. Rio de Janeiro: Imprinta, 1992.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1989.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

GARCIA, Eloi S. **Biodiversidade**: perspectivas e oportunidades tecnológicas. Disponível em: <<http://www.bdt.org.br/publicações/padct/bio/cap10/eloint>>. Acesso em: 09 set. 2000.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLCBERG, David. **Government intervention in the drug market could destroy it? Will a right to prescription drugs kill both the sick and the health?** Disponível em: <http://www.capitalismmagazine.com/2000/september/dh_drug_controls.htm>. Acesso em: 03 out. 2000.

IMS HEALTH. World review. Disponível em: <http://www.ims-global.com/insight/world_in_brief/000//corps.htm. Acesso em: 13 set. 2000.

INTERNACIONAL FEDERATION OF PHARMATICAL MANUFACTURES ASSOCIATIONS. IFPMA position paper: WTO millenium round. Disponível em: <<http://www.ifpma.org/>>. Acesso em: 25 jun. 2000.

MAIMON, Dália. **Ensaio sobre economia do meio ambiente**. Rio de Janeiro: APED, 1992.

RECENT blockbuster history. Global information solutions for the pharmaceutical and healthcare industries. Disponível em: <http://ims-global.com/insight/news_story>. Acesso em: 21 set. 2000.

REID, David. **Sustainable development**: an introductory guide. London: Earthscan, 1995.

STAHHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição em busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: um estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.

WORLD RESOURCES INSTITUTE. **Estratégia global da biodiversidade**: diretrizes de ação para estudar, salvar e usar de maneira sustentável e justa a riqueza biótica da Terra. [s.l.: s.n.], 1992.

SITES CONSULTADOS:

Astra Zeneca Annual Report & Form 20-F 1999: <http://www.astrazeneca.com/annualrep1999/index.htm>

Aventis Annual Report 1999: http://www.aventis.com/aventis_file_archive/docs/43/doc0000021350.pdf

Bristol Myers 1999 Annual Report: <http://www.bms.com/static/annual/ar1999/finhig/data/infin.html>

Glaxo Wellcome Annual Report 1999: <http://corp.gsk.com/financial/financialreports.htm>

Merck 1999 Annual Report: <http://www.merck.com/overview/99ar/pdf/99ar.pdf>

Novartis Financial Report 1999: <http://www.novartis.com/downloads/investors/finrepen99.pdf>

Pfizer 1999 Annual Report: <http://www.pfizer.com/pfizerinc/investing/annual/1999/>